



Boa-fé dos Estados Unidos fica incerta com Trump, diz Lafer

Ex-ministro das Relações Exteriores afirma que cenário internacional após ataque militar à Síria depende das reações da Rússia e do Irã

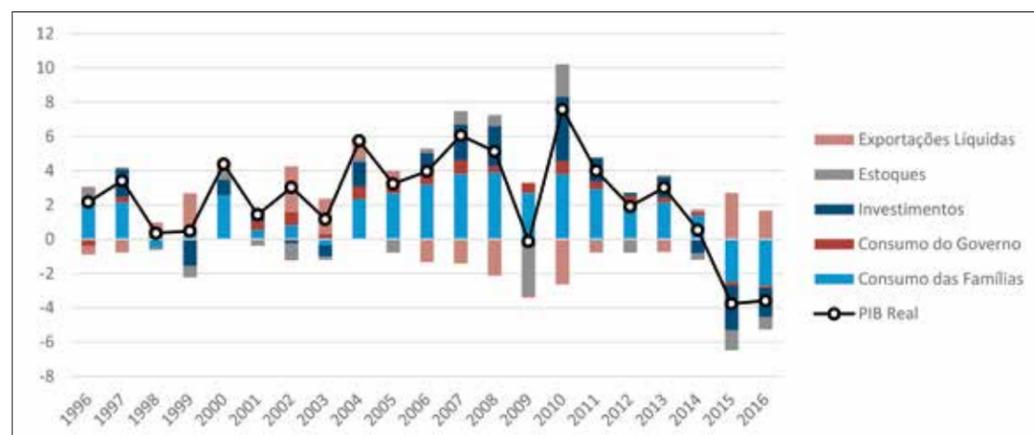
Em audiência na Comissão de Relações Exteriores, o jurista e ex-ministro Celso Lafer avaliou que o mundo vive um período de incertezas devido à quebra de continuidade promovida pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O Oriente Médio e a Coreia do Norte são outros motivos de preocupação, segundo Lafer.

O professor Creomar de Souza e o consultor Joannisval Gonçalves também participaram do segundo painel do ciclo de debates "O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?", presidido por Fernando Collor. **3**



Observado pelo senador Fernando Collor (2º à esq.), Celso Lafer avalia a nova postura dos Estados Unidos, em debate com Creomar de Souza e Joannisval Gonçalves

Mercado/Muritz/Agência Senado



Relatório de órgão do Senado que monitora a política fiscal do país avalia crescimento real do PIB e outros indicadores

Retomada levará tempo, afirma Instituição Fiscal

O novo relatório mensal da Instituição Fiscal Independente aponta que o crescimento da economia deve acontecer de forma gradativa. A redução dos juros e da inflação estimulam o consumo, mas os

efeitos dessa retomada no poder de compra dos brasileiros vai levar algum tempo, afirma o órgão. A IFI também avalia que o corte de R\$ 42,1 bilhões proposto pelo governo ajudará a cumprir a meta fiscal. **2**

Relatório de Acompanhamento Fiscal — Abril de 2017



Lei da Tortura faz 20 anos, mas crime ainda persiste

A Lei de Regulamentação dos Crimes de Tortura acaba de completar 20 anos. No entanto, entidades afirmam que o crime persiste no país. Segundo a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, as denúncias de abusos policiais aumentaram 78% entre 2015 e

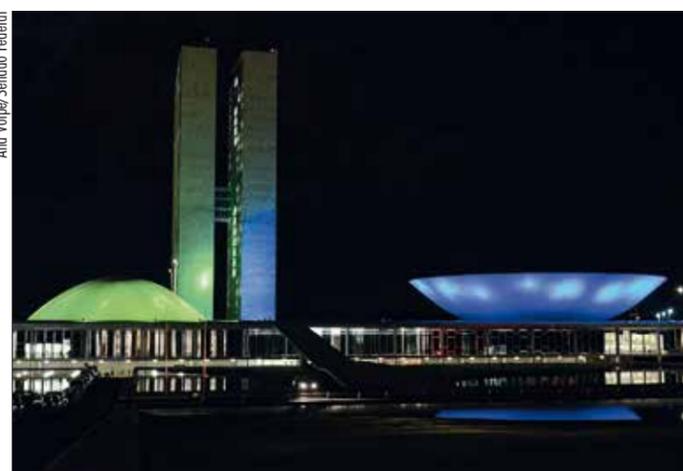
2016. No mês passado, a ONG Conectas Direitos Humanos apresentou à ONU denúncia de omissão por parte de magistrados e do Ministério Público diante de violência policial que teria sido cometida contra presos. Os juízes rebatem a acusação. **4**



Elizabeth Gomes, esposa de Amarildo, desaparecido após detenção em 2013

Fernando Fração/ABr

Abril Verde quer reduzir acidentes de trabalho



Senado adere a campanha para melhorar ambiente de trabalho e evitar doenças

O prédio do Senado ficará iluminado de verde até o fim do mês como forma de apoiar o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidente e Doenças de Trabalho, celebrado no dia 28. O Abril Verde busca conscientizar a população sobre medidas preventivas para evitar doenças e melhorar o ambiente do trabalho. No Brasil, são mais de 700 mil casos por ano de acidentes trabalhistas, segundo a Previdência Social. **2**

Ano Volpex/Senado Federal

Nesta edição, segue encartado o boletim *Monitor Fiscal*

Crescimento será gradativo, aponta Instituição Fiscal

Apesar da queda na taxa de juros e na inflação, economia deve voltar a crescer aos poucos por causa do desemprego alto e da ociosidade na indústria, diz relatório de órgão do Senado que avalia política fiscal

O RELATÓRIO DE Acompanhamento Fiscal (RAF) de abril, produzido pela Instituição Fiscal Independente (IFI), aponta que a retomada das receitas fiscais deve ocorrer de maneira gradual e que o consumo e o investimento são o grande motor dessas receitas. O relatório ressalta que o corte de R\$ 42,1 bilhões anunciado pelo governo será suficiente para cumprir a meta fiscal de R\$ 139 bilhões.

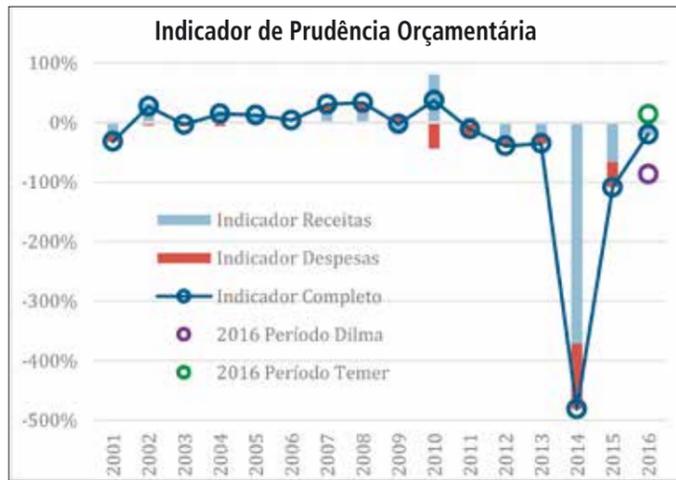
O texto aponta que, embora a inflação e a taxa de juros tenham caído, abrindo espaço para a volta do crescimento econômico, isso deve ocorrer gradualmente. Os principais motivos são a necessidade de redução da alavancagem de empresas e famílias, o desemprego elevado e a baixa ocupação da capacidade instalada devido à ociosidade da indústria.

“A queda mais persistente da inflação e o corte da taxa básica de juros devem estimular o consumo, porém os efeitos da recomposição do poder de compra dos salários e da redução do custo de novas concessões de crédito sobre a demanda devem levar algum tempo para se materializar”, diz o relatório.

Os economistas da IFI afirmaram que o saque de recursos de contas inativas do FGTS poderia estimular o consumo. No entanto, o elevado comprometimento da renda das famílias com dívidas faz com que parte do recurso seja usada para a quitação dos débitos.

Os estudos da IFI mostraram também que a chamada absorção doméstica, ou seja, o consumo e o investimento, é o grande motor das receitas fiscais, mais que o PIB real. Como a recuperação do mercado de trabalho deve ser gradual, a retomada das receitas fiscais também será demorada.

A IFI avaliou positivamente o corte de R\$ 42,1 bilhões anunciado pelo governo. Segundo



Fonte: RAF – Relatório de Acompanhamento Fiscal • abril de 2017 • N° 3

o relatório, o número veio em linha com o estimado pela instituição no RAF de fevereiro (R\$ 38,9 bilhões).

“Vale notar que o corte de R\$ 42,1 bilhões recaiu mais intensamente sobre o Ministério da Defesa, cujo orçamento foi limitado em R\$ 5,8 bilhões, seguido do Ministério dos Transportes (R\$ 5,1 bilhões), da Educação (R\$ 4,3 bilhões), das Cidades (R\$ 4,2 bilhões) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 2,6 bilhões). Esses cinco órgãos respondem por 58% do contingenciamento realizado”, explicita o relatório.

Prudência

O documento traz uma análise do Indicador de Prudência Orçamentária (Ipro). Segundo a IFI, de 2001 a 2010 houve um comportamento conservador na elaboração do orçamento em 70% dos casos. De 2011 a 2016, ao contrário, o Ipro ficou negativo devido ao uso de “táticas alternativas no manejo da política fiscal e orçamentária”.

“Em 2017, o último decreto já torna o indicador positivo”, afirma o relatório.

O Ipro foi criado pela IFI para acompanhar o grau de prudência na condução das estimativas de receitas e despesas.

O RAF destaca ainda que os efeitos da taxa de câmbio sobre o valor em real das reservas internacionais no Banco Central tornou muito imprevisível a relação entre o BC e o Tesouro.

Toda vez que a taxa de câmbio se altera, diz o relatório, muda também o valor em real das reservas, e, por consequência, o resultado.

“Se houver aumento na taxa de câmbio (desvalorização cambial), os resultados são positivamente afetados, pois o valor em real das reservas também aumenta. Se houver redução da taxa de câmbio (valorização cambial), os resultados são negativamente afetados, por conta da diminuição do valor em real das reservas”, diz o relatório.

A IFI observa que, no Brasil, desde meados de 2011, a tendência tem sido de desvalorização cambial. Mas em 2015 e em 2016, as oscilações da taxa de câmbio foram fortes e o resultado do Banco Central perdeu previsibilidade.

A IFI sugere propostas para corrigir normas que regem a relação entre o BC e o Tesouro. Uma delas é o PLS — Complementar 125/2016, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para que os resultados positivos do BC passem a constituir reservas a serem mantidas no próprio banco para cobrir resultados negativos futuros.

A IFI foi criada em novembro de 2016 pelo então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).



Ano: Volpex/Senado Federal

Senado participa do Abril Verde, contra acidentes e doenças do trabalho

Iluminação verde no Senado destaca prevenção a acidentes de trabalho

O prédio do Senado foi iluminado com a cor verde, no domingo, em apoio ao Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidente e Doenças de Trabalho, comemorado em 28 de abril. A iluminação especial fica até o dia 30.

Dados da Previdência Social mostram que, em 2014, o Brasil registrou cerca de 704 mil casos de acidentes de trabalho: foram 2.783 fatais e 251,5 mil que resultaram em afastamentos do trabalho por mais de 15 dias.

O Abril Verde é uma maneira de conscientizar sobre medidas preventivas para evitar doenças e promover um ambiente de trabalho melhor e mais seguro, diz o Ministério Público do Trabalho em ofício enviado ao Senado.

Acidente de trabalho é tema de proposta de emenda à Constituição que está sendo discutida no Senado. A PEC 127/2015, do senador José Pimentel (PT-CE), quer agilizar o julgamento de causas previdenciárias.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- | | |
|---|--|
| <p>CE Ministro do Esporte
9h Audiência com o ministro do Esporte, Leonardo Picciani, sobre as diretrizes e os programas da pasta. Logo após, sabatina de indicado para diretor da Ancine.</p> <p>CTCF Requerimentos
9h Apreciação de requerimentos.</p> <p>MP 754/2016 Remédios
9h Audiência sobre reajuste dos preços de remédios.</p> <p>CAE Diretor da IFI
10h Análise da indicação de Gabriel Leal de Barros para diretor da Instituição Fiscal Independente e pauta com 11 itens.</p> <p>MP 756/2016 Relatório
10h Comissão mista analisa relatório sobre alteração nas unidades de conservação ambiental no Pará.</p> <p>MPS 758/2016 Parque nacional
11h Avaliação de relatório sobre limites do Parque Nacional do Jamanxim e do Tapajós.</p> | <p>CMO Comando
14h30 A comissão se reúne para eleger presidente e vice.</p> <p>MP 759/2016 Debate
14h30 Audiência sobre regularização fundiária de imóveis urbanos e rurais.</p> <p>MP 767/2017 Cronograma
14h30 A comissão que analisa a MP, que institui bônus de eficiência para peritos do INSS, vota o plano de trabalho.</p> <p>MP 768/2017 Relatório
14h30 Avaliação de relatório sobre a criação do Ministério dos Direitos Humanos e da Secretaria-Geral da Presidência.</p> <p>MP 764/2016 Eleição
15h30 Eleição do comando da comissão da MP, sobre diferenciação de preços conforme modo de pagamento.</p> <p>PLENÁRIO Documento único
16h Na pauta, projeto que cria o Documento de Identificação Nacional.</p> |
|---|--|

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Angela Brandão
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

- Editor-chefe:** Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Trump compromete a confiança nos Estados Unidos, afirma jurista

Ex-ministro, Celso Lafer diz que o cenário internacional está incerto e aguarda as reações do Irã e da Rússia a respeito do ataque à Síria

O PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS, Donald Trump, ao prometer que defenderá com agressividade a soberania do seu país em política comercial, está colocando em pauta o não cumprimento de direitos e obrigações assumidas e a boa-fé dos Estados Unidos no trato internacional. A avaliação foi feita ontem pelo professor e jurista Celso Lafer no segundo painel do ciclo de debates “O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?”, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

— Estamos diante de um período de incertezas, é preciso ver o desdobramento da intervenção militar na Síria, a reação da Rússia e do Irã para saber quais são os próximos passos, em função da reação desses atores. O Oriente Médio é fonte de grande incerteza, com Estados falidos, em guerra civil, refugiados em penca e conflitos regionais e internacionais. A Coreia do Norte é problema da maior magnitude, por possuir armas nucleares — afirmou.

Ex-ministro das Relações Exteriores (em 1992 e de 2001 a 2002), Celso Lafer avaliou que, ao ser eleito, Trump propôs uma “quebra da linha de continuidade, permeado pela geografia das paixões e alimentado pela força centrífuga dos múltiplos particularismos, o que compromete o capital americano da confiabilidade”.

— O teste dos limites internos está em andamento. É possível que a iniciativa de atacar a Síria



Celso Lafer, Fernando Collor, Creomar de Souza e Joannisval Gonçalves debatem cenário internacional após ataque à Síria

signifique uma dimensão que possa granjear-lhe apoios internos neste momento, mas também significa risco na medida em que os passos seguintes não estão claros — afirmou.

Contestação

Para o professor Creomar de Souza, a *pax americana*, vista como um consentimento vinculado à postura de hegemonia nas relações internacionais, pode ter existido em um curto período da história recente, mas enfrenta hoje um processo de contestação em várias ordens.

Creomar apontou o crescimento da China em termos de desafio de segurança; o renascimento da Rússia via governo Putin e a ideia de neoeurasianismo, como ente libertador da Europa eslava; o

surgimento da Coreia do Norte, com sua diplomacia de corrida por armas, de acesso a alimentos, para diminuir a velocidade de programas ou capacidades nucleares; e o terrorismo de matiz, que vai se tornando um elemento de contestação muito forte à *pax americana* e àquilo que ela representa, como a liberdade de comércio e os direitos humanos.

— Trump é uma reação ao processo de globalização. A mudança envolve progresso e melhoria, mas pode significar o de resgate de valores tradicionais que em alguma medida estão ameaçados pela ordem vigente — afirmou.

O consultor legislativo do Senado Joannisval Gonçalves disse que os Estados Unidos estão diretamente envolvidos como potência hegemônica no

sistema internacional há pelos menos 100 anos.

Gonçalves ressaltou ainda que Trump, acima de tudo, é um “homem de negócios” e que a perspectiva do presidente americano vai mirar sempre nessa direção.

— Trump é o primeiro presidente dos Estados Unidos que nunca ocupou cargo público, posição ou cargo no governo ou foi membro das Forças Armadas. Trump conseguiu falar a língua do americano médio, sendo bilionário e pertencente à elite da potência mais rica do planeta — disse.

O presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL), advertiu que o momento político internacional exige reflexão, ponderação, freio em certos protagonismos e, sobretudo, diálogo.

Randolfe quer rejeitar emendas à PEC do foro privilegiado

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2013, que acaba com o foro privilegiado, apresentará amanhã seu relatório sobre as emendas de Plenário. A proposta é de Alvaro Dias (PV-PR).

O relator decidirá ainda sobre a PEC 18/2014, de Acir Gurgacz (PDT-RO), que também trata do assunto. Na terça-feira, foi aprovado requerimento para tramitação conjunta das duas propostas.

Randolfe informou à Agência Senado que não concorda com o texto de Gurgacz e não vai levá-lo em consideração. A PEC 18/2014 acaba com o foro privilegiado somente para determinados casos, entre os quais lavagem de dinheiro, crimes hediondos e crimes contra a administração pública, como corrupção passiva, peculato e prevaricação.

O relator disse ainda que vai rejeitar as emendas apresentadas, mas deve acolher parcialmente apenas uma de Cássio Cunha Lima (PSDB-SP), que inclui a proibição do foro privilegiado nas infrações penais comuns no artigo 5º da Constituição. O artigo é considerado cláusula pétrea e trata dos direitos e deveres individuais e coletivos. Conforme Cássio, assim ficaria garantido o princípio da isonomia, preservando a igualdade de todos perante a lei.

— Se eu aceitasse as outras emendas, a PEC 10 ficaria totalmente desvirtuada. O adequado para o Brasil é a proposta da forma atual. O Congresso tem que tomar decisão com coragem e a única saída é acabar com o foro para todos, sem meio termo — afirmou Randolfe.

A PEC 10/2013 determina o

fim do foro por prerrogativa de função para todas as autoridades brasileiras, inclusive o presidente da República, nas infrações penais comuns. O texto permite a prisão de integrantes do Congresso Nacional condenados em segunda instância nas infrações comuns. As autoridades manterão o foro somente nos crimes de responsabilidade, aqueles cometidos em decorrência do exercício do cargo público.

Duas das emendas que serão rejeitadas são de Romero Jucá (PMDB-RR). A de número 11 estabelece que os presidentes de cada um dos três Poderes continuem sendo processados e julgados pelo STF. Na opinião de Jucá, não é razoável as autoridades máximas do país serem submetidas ao crivo de juízes de primeiro grau.

Já a 12 mantém com os tribunais a competência de

receber a denúncia ou queixa-crime contra as autoridades, cabendo aos juízes de primeira instância o processo e o julgamento.

A proposta é semelhante à emenda 8, de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que propõe sistema misto: a aceitação da denúncia continuaria com os tribunais. Uma vez recebida, seguiria para o juízo de primeiro grau, que daria prosseguimento ao processo.

A emenda 7, de Roberto Rocha (PSB-MA), obriga a União, os estados e o Distrito Federal a criar varas especializadas para o julgamento de autoridades no caso de crimes comuns, com juízes escolhidos pelo Supremo. A emenda 10, de Airton Sandoval (PMDB-SP), fixa como foro de competência para o processo o local de domicílio ou a residência do autor do crime.

Ângela defende mais exames em recém-nascidos

O envio para a sanção de projeto que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a oferecer exames para mensurar riscos para o desenvolvimento infantil foi comemorado por Ângela Portela (PT-RR). Autora da proposta, a senadora explicou que os exames serão feitos nos primeiros 18 meses de vida e poderão detectar precocemente, por exemplo, o transtorno do espectro autista.

Ângela também citou pesquisa publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que aponta que o governo não terá os 308 votos necessários para aprovar a reforma da Previdência na Câmara.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Bezerra destaca sugestões para economia de PE

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) leu, em Plenário, artigo do *Diário de Pernambuco* sobre estratégias para o desenvolvimento do estado. O artigo, disse, defende a concentração no estado de empresas com características semelhantes, articuladas para atuar com eficiência e competitividade.

Ele também destacou que o PSB foi um dos primeiros partidos a criticar pontos da reforma previdenciária, como a elevação da idade para o Benefício de Prestação Continuada, as regras de transição e as mudanças para os trabalhadores rurais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Alvaro, modelo continua baseado na corrupção

Alvaro Dias (PV-PR) disse ontem, em Plenário, que o modelo brasileiro de governança continua baseado na prática da corrupção, elevando a carga tributária e esgotando a capacidade de investimento em setores essenciais, como segurança, educação e desenvolvimento.

Afirmou que a ideia de que “governabilidade deve rimar com promiscuidade” levou ao aumento da dívida pública, ao aparelhamento do Estado, ao loteamento de cargos públicos e, por fim, resultou na crise econômica enfrentada pela população.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Organizações e entidades de direitos humanos dizem que há muitos casos de violência, sobretudo policial, sem apuração no país

Lei da tortura completa 20 anos, mas ainda há relatos do crime

Larissa Bortoni e Maurício de Santi

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 diz que ninguém será submetido a tortura no Brasil, mas esse dispositivo constitucional só foi regulamentado quase uma década depois, em 7 de abril de 1997, com a sanção da Lei da Tortura (Lei 9.455).

A lei, que acaba de completar 20 anos, transformou a tortura em crime, punível com até 21 anos de prisão. Nasceu na esteira da divulgação de um vídeo que mostrava policiais espancando inocentes na Favela Naval, em Diadema (SP). Um dos moradores foi assassinado.

Organizações afirmam que a tortura, no entanto, ainda persiste no país, quase ignorada pela sociedade. Não há estudos que precisem os grupos sociais mais vulneráveis, mas é razoável fazer uma analogia com as estatísticas de homicídios. A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou o assassinato de jovens, encerrada em 2016, constatou que, a cada 23 minutos, um jovem negro morre de forma violenta. A taxa de homicídios de negros dessa faixa etária (entre 15 e 29 anos) é quatro vezes maior do que a de brancos.

De acordo com a assessora de Direitos Humanos da Anistia Internacional, Renata Neder, as torturas são cometidas especialmente por policiais, e não apenas nos presídios.

— Há muitos casos de tortura cometida por policiais logo depois que detêm alguém.

Em novembro, o Senado aprovou e remeteu para a Câmara dos Deputados um projeto de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que regula a prática das audiências de custódia (PLS 554/2011).

A audiência de custódia obri-

ga a polícia a apresentar o preso ao juiz no prazo máximo de 24 horas a contar da detenção, na presença de um advogado ou de um defensor público. É um instrumento desenvolvido por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base em acordos e tratados internacionais, ainda em implementação em parte do país. Os objetivos são decidir sobre necessidade e a legalidade da prisão provisória e identificar a ocorrência de tortura e maus-tratos durante a prisão.

Videoconferência

O projeto prevê que o prazo seja estendido para 72 horas em casos excepcionais, com a anuência do juiz. Simone Tebet (PMDB-MS), que relatou a proposta, diz que hoje um preso costuma esperar até seis meses para a primeira audiência. O projeto também permite que o preso seja apresentado por videoconferência onde não houver juiz — ponto criticado por Humberto Costa (PT-PE):

— Na videoconferência não é preciso perceber se o preso está sendo constrangido pela autoridade policial ou por quem esteja custodiando.

Para o advogado Guilherme Pontes, da ONG Justiça Global, as emendas ao projeto desvirtuaram o objetivo de prevenção da tortura. Ele argumenta que em 24 horas o juiz, o Ministério Público (MP) e a Defensoria Pública são capazes de enxergar nos presos as marcas de uma eventual violência, o que fica bem mais difícil num prazo maior ou por videoconferência.

Ao ser ouvido pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), o comandante do Departamento de Controle e



Desaparecimento de Amarildo de Souza em 2013, após detenção pela polícia, levou a acusações de tortura e morte

Correição da Polícia Militar do Distrito Federal, coronel Edmar Martins, afirmou que, durante as audiências de custódia, muitos juízes perdem a oportunidade de esclarecer se os machucados que os presos apresentam foram originados em violência policial ou em outras circunstâncias:

— Pelas gravações de audiências de custódia, a gente verifica que o magistrado não aproveita a oportunidade de ter o MP e a Defensoria Pública presentes para esmiuçar a acusação feita contra os agentes policiais.

O coronel defende que há lesões leves ou médias que são ou consequências da atividade criminosa ou compatíveis com a atuação policial. Ele argumenta que, de 186 mil audiências, em apenas 4,6% delas houve acusações de desvio de conduta policial.

Desaparecimento

O ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza é um símbolo da tortura e da violência policial na história recente do Brasil. Ele morava na favela da Rocinha, no Rio. Em julho de 2013, após ser detido por policiais e levado em direção à sede da unidade de polícia pacificadora (UPP) da favela, Amarildo desapareceu.

— O corpo dele “foi desaparecido” pela polícia. Ele morreu em consequência de tortura — afirma Renata Neder.

A Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo apontou que as denúncias de abuso envolvendo policiais civis e militares aumentaram 78%

entre 2015 e 2016. Passaram de 531 para 947.

Mas a tortura no Brasil não é obra apenas da polícia. A ONG Conectas Direitos Humanos apresentou à ONU, no mês passado, a denúncia de que outros atores do sistema judicial perpetuam essa prática.

Negligência

Após acompanhar 400 audiências de custódia num fórum paulistano, a Conectas concluiu que a negligência é uma das responsáveis pela impunidade. Segundo a advogada da ONG Vivian Calderoni, as audiências têm servido apenas para reduzir o número de pessoas encaminhadas às penitenciárias, mas sem efetividade na prevenção das torturas.

— Em 33% das audiências que acompanhamos, os juízes nem sequer perguntaram se o preso tinha sido vítima de violência. Em 80% dos casos em que a pessoa relatou ter sido vítima, o Ministério Público não atuou para buscar a apuração, apesar da obrigação legal. Isso é grave — afirma.

O advogado da ONG Justiça Global, Guilherme Pontes, diz que também há situações em que detentos relataram aos juízes algum tipo de agressão, mas nenhuma providência legal foi tomada.

A juíza Julianne Marques, vice-presidente de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), assegura que não há omissão.

— Mesmo sem perguntas ao preso, se virmos no laudo do Instituto Médico Legal que há lesões, mandamos investigar.

Já o promotor Eduardo Ferreira Valério, do Conselho Nacional do MP, diz que ainda

há resistência à apuração por parte de agentes públicos:

— Ouvimos absurdos como: “Estão querendo tratar bandido com chazinho e bolo”. Essa é uma maneira cínica de negar a necessidade de tratar as pessoas com igualdade e respeito em uma democracia.

Julianne Marques rebate. O que ocorre, segundo a juíza, é que às vezes o magistrado manda apurar, mas não é constatada a tortura ou o crime verificado não pode ser tipificado como tal:

— Se você olhar só os crimes de tortura, pode achar que é pouco. Se contar os crimes de lesão corporal e outros delitos, vai ver que foram apurados.

Comitês

O MP já implantou no Rio de Janeiro e em Pernambuco e está buscando criar nos outros estados os comitês de enfrentamento e de combate à tortura, formados por peritos com livre acesso a locais onde há privação de liberdade — presídios, centros socioeducativos para crianças e adolescentes e instituições de longa permanência para idosos.

Ex-comandante-geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o coronel da reserva Íbis Silva Pereira diz que faltam políticas públicas para tornar as ações policiais mais seletivas.

Pereira acredita que a tortura é também consequência dos 400 anos de escravidão no Brasil. Segundo ele, parte da população incorporou que certas pessoas — como os pobres, os negros e os homossexuais — merecem ser espancadas.

— A violência praticada pelo Estado brasileiro é impensável fora desse contexto histórico.



Simone relatou projeto de Valadares sobre audiências de custódia. Humberto critica a possibilidade de videoconferência



Saiba mais

"Bate não, moço" — programa da Rádio Senado:
<http://bit.ly/batenaomoco>

Lei da Tortura (Lei 9.455/1997):
<http://bit.ly/leitortura>

PLS 554/2011, sobre audiências de custódia:
http://bit.ly/pls554_2011

Relatório da ONG Conectas:
<http://bit.ly/relatorioconectas>